



O PODER DO DISCURSO:

A BASE IDEOLÓGICA UTILIZADA PELAS NAÇÕES HEGEMÔNICAS PARA A OBTENÇÃO DO DOMÍNIO POLÍTICO

Evandro Del Negro da Silva ¹

Márcia da Silva ²

RESUMO

Os conceitos emergem das realidades sociais que os originam. Partindo deste princípio, observa-se que o território é conduzido por um poder político, predominantemente influenciado por interesses religiosos. A investigação visa analisar a maneira como a ideologia religiosa e as lideranças políticas afetam a população, bem como isso se manifesta na realidade social. Para tanto, é crucial examinar a ascensão do discurso religioso cristão na sociedade e as relações internacionais que moldam a política, tendo como foco as religiões cristãs no contexto brasileiro. A pesquisa abrange uma análise de diversos autores que abordam o poder de influência do discurso e as identidades religiosas moldadas pelas relações internacionais. Assim, como conclusão, podemos entender que a religião desempenha um papel essencial como referência moral, considerando a ideologia religiosa um meio de disseminação eficiente no cenário sociopolítico brasileiro, incluindo movimentos e conflitos relacionados à Nova Ordem Espiritual e à Bancada Cristã.

Palavras-chave: Discurso, Religião e Política, Relações Internacionais, Nova Ordem Espiritual.

RESUMEN

Los conceptos surgen de las realidades sociales que los originan. Con base en este principio, se observa que el territorio está gobernado por un poder político, predominantemente influenciado por intereses religiosos. La investigación busca analizar cómo la ideología religiosa y el liderazgo político afectan a la población, así como cómo esto se manifiesta en la realidad social. Para ello, es crucial examinar el auge del discurso religioso cristiano en la sociedad y las relaciones internacionales que configuran la política, centrándose en las religiones cristianas en el contexto brasileño. La investigación abarca un análisis de varios autores que abordan el poder influyente del discurso y las identidades religiosas moldeadas por las relaciones internacionales. Por lo tanto, en conclusión, podemos entender que la religión desempeña un papel esencial como referente moral, considerando la ideología religiosa un medio eficaz de difusión en el panorama sociopolítico brasileño, incluyendo movimientos y conflictos relacionados con el Nuevo Orden Espiritual y el Caucus Cristiano.

Palabras clave: Discurso, Religión y Política, Relaciones Internacionales, Nuevo Orden Espiritual.

INTRODUÇÃO

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro, membro do Grupo de Pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES), evandronow@hotmail.com;

² Doutora em Geografia, Professora na Universidade Estadual do Centro-Oeste - Unicentro, coordenadora do Grupo de Pesquisa Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais (GEPES), marcia.silvams@gmail.com;



O território é governado pelo poder político, sendo predominantemente controlado pelos interesses do poder religioso (simbólico-ideológico). Dessa forma, o propósito da pesquisa é compreender como a população é influenciada pela ideologia religiosa e por líderes políticos, e como essa ideologia se manifesta na realidade.

Para aprofundar-se nessa questão, é fundamental analisar em que momentos e de que maneira o discurso religioso, em especial o cristão, ganhou tanta relevância na sociedade, por meio de diversas referências bibliográficas.

Além disso, é necessário investigar quais são as dinâmicas internacionais que configuram a realidade religiosa-político do Brasil, possibilitando a identificação das lideranças políticas mais impactantes tanto no âmbito nacional quanto no internacional, bem como suas interações com a sociedade.

Deste modo, é importante entender o papel da Igreja como instituição e da religião como referência moral, reconhecendo como ocorre a propagação ideológica do contexto sociopolítico do Brasil conhecido, como a Nova Ordem Espiritual.

Considerando esses fatores, surgem as seguintes perguntas: “Quais são as relações entre religião e política?”; “Como a identidade religiosa auxilia no discurso político?”; e “Em que medida as relações garantem um direcionamento de um grupo, para toda a sociedade?”.

METODOLOGIA

Para entender essas “relações”, serão utilizados métodos que possibilitem, de um lado, descrever o poder do discurso, os desafios, embates e adesões tendo como base a correlação entre religião e relações internacionais, e assim realizar uma reflexão sobre a conjuntura religiosa e política do Brasil, criando assim nova ordem espiritual. Examinando de maneira qualitativa as diferentes conjunturas presentes em diferentes contextos e localidades.

Um levantamento bibliográfico, pautado na análise teórico e discursiva de diferentes autores, como: Nilton Milanez, Janaína de Jesus e Santos (2009), analisando o discurso, partindo de diferentes bases, como o sujeito, os lugares e olhares; Stephen Whitfield (1996), “A Cultura da Guerra Fria”, onde o autor evidencia diversas nações dominadas pelo poder do discurso ideológico estadunidense. Luciano Daudt da Rocha (2019), ressaltando a construção histórica da identidade dos Estados Unidos nos discursos do ‘dia da inauguração’. Brooks (2003), uma análise das relações internacionais com a religião. Lacerda (2017) e Camilo (2011) correlacionado diversos acontecimentos históricos que moldaram a religião e a política em aspecto nacional.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A investigação encontra-se em seu estágio intermediário, onde as informações reunidas estão ligadas a uma revisão bibliográfica de vários autores e instituições que tratam do assunto. Inicialmente, o poder do discurso, sendo uma base ideológica para a dominação política das nações hegemônicas sobre as nações emergentes (dominadas). Posteriormente, correlacionar a religião e relações internacionais (doravante RI), que vivem em constante desafios, embates e adesões ao longo da história. E por fim, a Nova Ordem Espiritual, tendo como reflexos a conjuntura religiosa e política do Brasil ao tendo como base o próximo de desenvolvimento do país.

O PODER DO DISCURSO: uma ação que corrobora para o aspecto simbólico - ideológico

Antes de adentrar exclusivamente a temática, é necessário compreender o conceito de Análise do Discurso, com origem francesa, elaborado por Michel Pêcheux, com início nos anos 1960 (Milanez e Santos, 2009).

O conceito de Análise do Discurso informa como objetivo analisar a estrutura conceitual de um texto, de uma linguagem, de um posicionamento, seja verbal ou estético, considerando a sua construção ideológica, que está subentendida no discurso (Orlandi, 2012).

A construção ideológica será diferente, dependendo do espaço-tempo no qual o autor do discurso estará presente. Para ocorrer a Análise do Discurso, é necessário ter uma compreensão sobre o período histórico, da linguística, da psicologia, da política e da sociedade na qual o autor e os receptores do discurso estão inseridos (Milanez e Santos, 2009).

Desta forma, “na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (Orlandi, 2012, p. 15).

Em uma proposta em que o político e o simbólico se confrontam, essa nova forma de conhecimento coloca questões para a Linguística, interpelando-a pela historicidade que ela apaga, do mesmo modo que coloca questões para as Ciências Sociais, interrogando a transparência da linguagem sobre a qual elas se assentam. Dessa maneira, os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística (Orlandi, 2012, p. 16).



O sentido de um discurso segue certa formação discursiva, que tem suas raízes em uma formação ideológica. Por ter sua base principalmente na luta de classes, a formação discursiva não é individual, mas também não pode ser considerada universal.

A formação ideológica pode ser responsável pela formulação de mais de uma formação discursiva, sendo a chave principal para a compreensão da relação entre ideologia e a produção de sentidos nas formações discursivas constituídas a partir do interdiscurso (Silva, *et. al*, 2015). A necessidade da materialidade linguística para fazer análise de discurso evidencia,

o processo de produção do sentido como surgindo numa formação ideológica, que se organiza então em uma ou mais formações discursivas. Essas formações discursivas, por sua vez, selecionam o que pode e deve ser dito dentre as possibilidades de enunciação postas pelas condições de produção e, por fim, possibilitam a enunciação pelo sujeito, culminando com a superfície linguística e com o apagamento de todo o processo pelo sujeito, que acredita, então, que o sentido nasceu ali, na enunciação (Souza, 2019, p. 324).

O interdiscurso elabora as formações discursivas, tendo relação direta com a ideologia no discurso. O interdiscurso tem como base a memória que faz parte do discurso, logo que induz às condições de produção/vivência do sujeito. Assim, o interdiscurso é a ressignificação de um discurso já construído no passado, que permanece na memória do sujeito ao longo do tempo (Orlandi, 2012).

Para a análise presente neste trabalho, é de extrema importância o estudo de dispositivos analíticos, em especial a paráfrase e a polissemia: a primeira é uma nova afirmação de sentido sobre um texto já existente, enquanto a polissemia é a multiplicidade de sentidos sobre uma palavra, locução ou texto. Dessa forma, os dois dispositivos analíticos em conjunto geram a transformação e a movimentação do discurso.

Essas são duas forças que trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente. Se toda vez que falamos, ao tomar a palavra, produzimos uma mexida na rede de filiação dos sentidos, no entanto, falamos com palavras já ditas. E é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já dito e a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam. Se o real da língua não fosse o sujeito a falha e o real da história não fosse passível de ruptura não haveria transformação, não haveria movimento possível, nem dos sujeitos nem dos sentidos (Orlandi, 2012, p. 36-37).

Logo, é possível compreender que todo discurso é uma construção social, que se modifica conforme o entendimento e com a sensibilidade de cada sujeito sobre o tema. Sendo assim, a Análise do Discurso foi utilizada neste trabalho para a realização de uma análise



visando à compreensão não só do discurso, mas também quais são as influências que esse discurso sofre a partir do tempo histórico em que ele é utilizado na sociedade.

Com tudo, os discursos (religioso/político) acabam influenciando os sujeitos e suas comunidades. Sendo necessário compreender que eles configuram uma ação histórica, intrínseca à humanidade, que justifica tais atos de dominação e controle. Os discursos se modernizaram, chegando até o sujeito, como ocorre atualmente pelas mídias audiovisuais de comunicação.

Mas antes temos que ter conhecimento do que ocorreu para chegarmos até atualmente, assim na próxima seção serão apresentados o catolicismo e o domínio (religioso/político) no Brasil, como em outras nações da América Latina, e quais foram os artifícios e/ou agentes que corroboraram para a concretização deste período histórico. No próximo tópico, serão debatidos os desafios, embates e as adesões da religião e as RI ao longo da história recente.

RELIGIÃO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: desafios, embates e adesões

Ao longo da história ocorreram diversas conexões, com por exemplo: O sistema político-religioso foi impactado pelos concílios católicos incluem 325 (Niceia I), 381 (Constantinopla I), 431 (Éfeso), 451 (Calcedônia), 680-681 (Constantinopla III), 787 (Niceia II), 1545-1563 (Trento), 1869-1870 (Vaticano I) e 1962-1965 (Vaticano II). O Tratado de Tordesilhas (1494) entre Portugal e Castela (Espanha) que dividir as terras fora da Europa, tendo a ação da Igreja. Pela Reforma Protestante em 1517, levando a guerras religiosas como a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Esse conflito terminou com o Tratado de Paz de Westfália em 1648. As ditaduras³ pela América Latina. Outro ponto, seria o atual momento geopolítico⁴ que vivenciamos, dentre outras intervenções (religioso-política) na história (Romano, 2008).

A maioria dos estudos a respeito da religião na política se concentra em questões internas, mas a religião está se tornando uma parte relevante das políticas internacionais. Ainda há muitos pesquisadores que ignoram essa relação, mas há publicações relevantes que discutem o tema. Um estudo de Brown demonstra que a relação entre religião e as RI é "bagunçada" e sugere a necessidade de uma abordagem interdisciplinar.

³ Ditaduras pela América Latina: Argentina: 1976-1983 (e períodos anteriores como 1966-1973); Brasil: 1964-1985; Bolívia: 1964-1982; Chile: 1973-1990; El Salvador: 1931-1979 e 1979-1982; Equador: 1972-1979; Guatemala: 1954-1986; Nicarágua: 1937-1979; Paraguai: 1954-1989; Peru: 1968-1980; Uruguai: 1973-1985.

⁴ A troca de favores para aliados da extrema direita (Estados Unidos x Brasil), acarretando em taxas e desempregos e colocando em risco a soberania do país.



No cenário atual, muitos líderes políticos utilizam a religião para legitimar suas agendas políticas, como no caso de Putin e da igreja ortodoxa na Rússia. Por outro lado, há aqueles que defendem Estados laicos que buscam distanciar a religião da política. A disciplina da RI surgiu após a Primeira Guerra Mundial, visando afastar a religião da política, mas, ao contrário, muitos líderes religiosos têm demonstrado potencial para promover a paz e a estabilidade.

As organizações religiosas mantêm laços estreitos com a sociedade e o governo, contribuindo para a promoção da paz, direitos humanos e justiça social. No entanto, o terrorismo religioso trouxe uma perspectiva negativa da religião, associando-a a conflitos e violência.

Nossa elite de política externa está pelo menos duas décadas atrasada. Por meses ignoraram a força da religião; então, quando confrontada com algo inescapavelmente religioso, como a Revolução iraniana ou o Talibã, começaram a falar em extremismo e fanatismo, como algo que explicasse tudo. Após alguns dias quebrando a cabeça sobre os fanáticos, retornaram as suas análises seculares usuais. Ainda não temos, e precisamos com urgência, de um modo de análise que tente integrar o espiritual e o material (Brooks, 2003, p. 28).

Nas últimas décadas, a religião emergiu como um tópico relevante nas RI, em virtude do crescimento dos fundamentalismos e dos conflitos religiosos. Esses embates impactam tanto a segurança nacional quanto a política externa. Duas perspectivas principais acerca da religião se destacam: uma delas a considera uma força violenta e irracional, suscetível de provocar conflitos e constituir uma ameaça ao Estado laico; a outra defende que a religião deve ser pacífica, espiritual e alheia à política.

A concepção de que a religião constitui uma origem de violência reaviva debates que anteriormente desconsideravam essa questão nas RI, uma vez que peritos não atribuíram relevância à religião nessas discussões. Surgem críticas à crença de que a religião, por si mesma, é prejudicial e propensa ao fanatismo, especialmente após os ataques de 11 de setembro de 2001. Muitos sustentam que a combinação entre religião e política é a responsável pela violência, favorecendo unicamente Estados seculares.

Essa distinção indica que os acadêmicos são considerados seculares, enquanto os religiosos são vinculados à superstição. Atualmente, a religião é entendida como uma esfera que deve somente tratar de suas questões espirituais. No entanto, o ressurgimento da influência religiosa na política internacional requer uma reavaliação dessa separação histórica nas RI.

A religião representa um significativo desafio para os pesquisadores, sendo imprescindível abordá-la como um fator preponderante nas ciências sociais. Especialistas em RI reconhecem a existência de religiosidades "benéficas" e "nocivas".



A religião “boa” está ligada a indivíduos “modernos” que a concebem como algo primeiramente secreto, pessoal, implicando uma série de crenças que são amplamente irrelevantes para a política e, por extensão, para as relações internacionais. A religião “má”, em contrapartida, está associada com a violenta história do passado na Europa, especialmente a violência sectária das Guerras Religiosas no século XVII, durante a Reforma no mesmo período e, atualmente, aos grupos terroristas islâmicos (Haynes, 2014, p. 93).

Tradicionalmente, as pesquisas em RI concentravam-se em segurança, conflitos armados, paz e diplomacia. Com o término da Guerra Fria e as transformações no panorama global, emergiram novos protagonistas e questões que influenciam a agenda internacional, incluindo direitos humanos, meio ambiente, desenvolvimento, democracia e religião. Esses novos tópicos envolvem frequentemente a atuação de agentes religiosos que operam além das fronteiras nacionais, como exemplificado pela atuação do Papa João Paulo II no Leste Europeu, defendendo o catolicismo e posicionando-se contra o comunismo.

A Revolução Islâmica no Irã, ocorrida entre 1978 e 1979, enfatizou a relevância da religião nas RI, ao instaurar um governo teocrático fundamentado no Corão. Samuel Huntington analisou essa transição, sugerindo que as RI após a Guerra Fria seriam caracterizadas pelo "conflito de civilizações", ressaltando a crescente influência do Islã. Embora sua tese tenha sido considerada falha, ela intensificou a atenção conferida à religião nas análises das RI, especialmente no que tange às ações militares no Oriente Médio em face do terrorismo.

As questões referentes à guerra, à paz e à segurança passaram a considerar a relevância da religião e dos atores não estatais impulsionados por crenças religiosas. Esse reconhecimento não decorreu de uma alteração na perspectiva dos governos, mas resultou do crescimento da presença desses atores no contexto internacional. A religião começou a ser percebida como um possível instrumento para a resolução de problemas globais, influenciando políticas internacionais, incluindo a política externa da China, a cultura indiana, além de movimentos religiosos na América Latina e no Sudeste Asiático.

A posição da Al Qaeda trouxe visibilidade para outros grupos islâmicos mais moderados que também formaram redes transnacionais. Dessa forma, a religião passou a integrar as diversas agendas internacionais, seja como uma ameaça ao terrorismo ou como parte da solução de conflitos. Os governos começaram a incluir elementos religiosos em suas políticas externas, colaborando com atores religiosos transnacionais.

Os novos atores têm demonstrado eficiência em ações que ultrapassam movimentos seculares, como o Greenpeace e a Anistia Internacional. O conceito de religiões transnacionais sugere benefícios gerados pela ajuda humanitária a simpatizantes, mas também pode ser visto negativamente, como um risco à soberania estatal. Pesquisadores tentaram refutar a imagem



negativa do fundamentalismo islâmico, demonstrando que ele pode ser usado para promover interesses estatais.

Além disso, há um crescente reconhecimento dos "ambientalistas religiosos" como uma força política relevante no cenário internacional, enfatizando sua natureza transnacional. A discussão sobre religião nas RI deve transcender a compreensão de como esses atores de fé desenvolvem discursos e ações visando o desenvolvimento e sua aplicação estratégica em contextos internacionais.

Diversos estudiosos enfatizam a relevância das análises dos pensadores clássicos das RI para compreender o sistema político internacional, incluindo Maquiavel, Morgenthau e Raymond Aron. Contudo, os especialistas reconhecem que os paradigmas das RI são variados e, às vezes, contraditórios ou complementares. Além da diversidade, a complexidade do estudo das RI é atribuída ao contexto histórico, que inclui eventos relevantes como as revoluções dos séculos XVIII e XIX, as duas guerras mundiais e as mudanças no sistema político após a Guerra Fria.

Após o término da Guerra Fria, houve uma grande mudança no sistema internacional, o que causou uma crise. Essa crise, por sua vez, trouxe novas abordagens, como a análise do discurso das igrejas e do movimento da direita cristã nos Estados Unidos, bem como a influência desses movimentos na política externa americana. Além disso, diversos analistas, como Huntington e Fukuyama, apresentaram novas ideias que auxiliam na compreensão e redefinição do mundo contemporâneo.

Essas novas ideias demonstram que o sistema político internacional é composto por diversos subsistemas, como a "Ordem Ambiental Internacional", e que as RI vão muito além das fronteiras do Estado-nação, envolvendo uma grande variedade de atores, incluindo ONG, empresas multinacionais e organizações internacionais. Além disso, é importante salientar que, no atual cenário geopolítico, questões como o meio ambiente e os direitos humanos ganharam relevância nas relações de poder global.

O contexto contemporâneo apresenta diversos paradigmas que definem as relações de poder, marcadas por uma anarquia transitória. Este conceito é analisado na tese de doutorado sobre a influência das igrejas no Brasil.

O estudo examina como as disputas entre a Igreja Católica e as Igrejas Evangélicas emergem em uma população que também engloba pessoas sem religião. A análise propõe um incentivo à tolerância religiosa e à colaboração entre diversas crenças. Dessa forma, no próximo tópico serão apresentadas as novas conjunturas nacionais, com base nos efeitos dos discursos e das RI no território.



A NOVA ORDEM ESPIRITUAL: os reflexos na conjuntura religiosa e política do Brasil

Para compreender a Nova Ordem Espiritual no Brasil, é necessário compreender o processo de edificação histórica, no qual as instituições religiosas, sobretudo o catolicismo, tiveram uma participação relevante no sistema político do país ao longo de 500 anos.

As pesquisas de diferentes organizações internacionais visam compreender a política brasileira sob a perspectiva da religião. A influência do Vaticano durante a Guerra Fria foi relevante, especialmente na luta contra o comunismo no Leste Europeu e no combate ao marxismo nas Comunidades Eclesiais de Base na América Latina. A partir da década de 1980, o Vaticano se uniu à "direita cristã" dos Estados Unidos (COLONNA-CESARI, 1993).

A influência religiosa foi evidenciada nas eleições presidenciais de 2010, nas quais tanto a Igreja Católica quanto a Igreja Evangélica desempenharam um papel relevante. O Papa Bento XVI recomendou aos bispos que orientassem os fiéis a não votarem em candidatos que consideram o aborto um problema de saúde pública.

No geral, a presença hegemônica da Igreja Católica na conjuntura brasileira, bem como em muitas outras nações da América Latina. As instituições protestantes tiveram um breve contato com o território nacional no período colonial, mas a sua inserção ocorreu de fato na segunda metade do século XX, com a imigração de diversas nações europeias para o Brasil. Existindo reflexos da doutrina católica na política brasileira e latino-americana desde o século XVI até o atual momento.

Sendo assim, o fundamentalismo protestante e conservador estadunidense é somente um dos fatores que, mais recentemente na história, vem exercendo poder e sendo responsável pela grande presença de líderes religiosos na política.

Com a Proclamação da República, ocorrida em 1889, o Brasil desagregou os poderes do Estado e da Igreja Católica; entretanto, devido à grande parte da população, principalmente a que estava vinculada ao poder político à época, identificar-se com o catolicismo, sua influência nos aspectos ideológicos e na formulação de decisões perdurou até a metade do século XX.

De acordo com o autor (LACERDA, 2017), desde o século XX, o catolicismo em território nacional busca se articular com a política, por representantes da própria Igreja e pelos grupos compostos pela comunidade.



Ressalta-se que os principais grupos que procuram realizar essa relação entre religião e política são protestantes, e principalmente os pentecostais de segunda e terceira onda. Onde o autor evidencia que:

[...] o clero no país passava pouco tempo em atividades eclesiásticas, o número de padres e freiras diminuía desde 1885, quando o Estado proibiu novas admissões às ordens religiosas, e os seminários eram deficientes tanto do ponto de vista do número de ingressantes quanto da qualidade do ensino oferecido (LACERDA, 2017, p. 27).

Camilo (2011, p. 2) complementa essa ideia, explicando que “os movimentos messiânicos, a falta de padres e o crescimento de outras crenças religiosas, entre outras questões, contribuíram para uma reorganização da estrutura da Igreja Católica no Brasil”.

As diversas mudanças na esfera religiosa ocorreram em diferentes espaços do globo, mais especificamente nos Estados Unidos e na América Latina, influenciando a conjuntura política brasileira.

Assim, surgiram dois novos atores políticos (movimentos), que buscavam questionar o que se vivenciava na época, sendo um desafio para os teóricos das ciências sociais, principalmente os alinhados à esquerda política. “Esses novos autores são as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que tiveram seu nascimento na Igreja Católica por conta da popularização da Teologia da Libertação (TL), e as igrejas pentecostais, frutos do Protestantismo” (LACERDA, 2017).

A TL é um movimento socioeclesial que surgiu na Igreja Católica, na década de 1960, nascido na América Latina, buscando realizar uma análise crítica da realidade social para poder auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos (Camilo, 2011). No Brasil, essa perspectiva surgiu quando o clero da Igreja Católica, percebendo as dificuldades socioeconômicas que a população brasileira vinha passando na época, passou a ter contato direto com os seus fiéis.

Contudo, vale destacar outros acontecimentos que marcaram a década no contexto religioso e político, como o Concílio Vaticano II (1960) e o Golpe Militar (1964), que contribuíram para o clero católico ter maior envolvimento na questão social do país.

A TL tinha suas bases na interpretação dos ensinamentos de Jesus Cristo, visando ao combate das desigualdades socioeconômicas. É importante mencionar que, conforme esse clero mais apoiava os pobres brasileiros, mais eram reprimidos e julgados, tanto pela Igreja Católica tradicionalista quanto pelo governo da época, denominando o movimento de “marxismo cristianizado”.



As CEBs tinham como objetivo aproximar os fiéis, em especial os mais pobres, pela leitura de textos bíblicos e sua interpretação direcionada à libertação política (LACERDA, 2017).

A Igreja Católica, com o fim do regime do padroado régio⁵, era a instituição que basicamente monopolizava todo o cenário religioso do país. Foi a partir da entrada dos evangélicos (protestantes/pentecostais) que se permitiu a entrada de vários outros grupos religiosos e não religiosos no país.

O crescimento dos protestantes não ocorreu somente no cenário brasileiro, mas em toda a América Latina. O Brasil foi altamente influenciado por eventos protagonizados pelos Estados Unidos e América Latina, como, por exemplo, a chamada “Direita Cristã” ou “*New Christian Right*”.

Na América Latina (LACERDA, 2017), ocorreram duas visões antagônicas sobre os impactos do protestantismo e do pentecostalismo no cenário sociopolítico. A primeira seria que o protestantismo teria vindo como algo positivo para as sociedades, beneficiando a sociedade civil, promovendo relações, novos vínculos e novas lideranças. A segunda possui caráter pessimista, pois o ingresso do pentecostalismo na política teria criado relações de clientelismo⁶ nas sociedades em que se apresentava.

As discussões sobre os impactos do pentecostalismo na política latino-americana ainda eram muito vagas, dado que poderiam se apresentar de diversas formas. Sobre a designação de clientelismo entre as igrejas pentecostais e a esfera pública, o clientelismo era real, mas já fazia parte da cultura política latino-americana desde antes da formação das igrejas pentecostais. Essa designação da relação de pentecostais com a política somente reforçaria essa cultura tradicional, que perdura até os dias atuais, também podendo ser identificada na política brasileira (LACERDA, 2017).

Assim como nos Estados Unidos, durante a década de 1960, as comunidades pentecostais não eram ativamente presentes no cenário político, mas a partir das décadas de 1980 e 1990, sua inserção na política eleitoral e partidária cresceu, chegando ao ponto atual.

O crescimento evangélico notável ocorrido no Brasil, associado à Assembleia Constituinte de 1987-88, ao processo de redemocratização, às transformações internas no próprio campo evangélico, e, por fim, às características do sistema eleitoral brasileiro, contribuíram para que um novo panorama se desenhasse na relação entre protestantismo e política no Brasil. Da Constituinte em diante,

⁵ Era quem escolhia os cargos religiosos, permitia ou proibia o estabelecimento de ordens religiosas e a construção de edifícios religiosos, que controlava as cobranças de doações e das taxas do dízimo da população, que pagava os salários dos sacerdotes.

⁶ É a troca de bens e serviços por apoio político, sendo algo implícito ou não. O clientelismo denota a prática de distribuir empregos, favores e outros benefícios aos seguidores em troca de apoio político.



a presença protestante se fez marcante na política e sobretudo nas eleições (LACERDA, 2017, p. 36).

A Igreja Católica foi o principal ator político no início do século XX, mas, com o surgimento de movimentos como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)⁷ e os protestantes conservadores, esse papel foi sendo invertendo, tendo em vista o número de parlamentares evangélicos que compõem o governo e a influência que as igrejas pentecostais exercem atualmente.

Os evangélicos, assim como o fundamentalismo conservador, sustentavam um discurso fervoroso contra o comunismo, o que exerceu influência nas eleições presidenciais de 1989. A comunidade evangélica manifestou seu apoio ao candidato Fernando Collor, uma vez que consideravam Luiz Inácio Lula da Silva como radical e comunista, acreditando que sua vitória representaria uma ameaça à liberdade religiosa e à prática do culto. Como ocorreu nas últimas eleições presidenciais, observa-se um processo cíclico para a política nacional, tendo a religião e a sua comunidade papel fundamental para o sucesso eleitoral do candidato ligado à religião.

Todavia, como a “Direita Cristã” estadunidense, o pentecostalismo brasileiro não tem visão universalista da política, não apresenta um plano de sociedade (LACERDA, 2017), mas acabou herdando a sua base moral e ideológica. Pode-se observar que o papel do líder religioso (cristão) é atuar como interlocutor entre a comunidade e o Estado.

Essa relação resulta em benefícios para todos os envolvidos, desde líderes políticos e partidos até líderes religiosos, mediante uma troca de favores, na qual essas lideranças teriam vantagens para suas igrejas e para si mesmas, ao mesmo tempo, em que recebiam os votos dos fiéis e o apoio religioso. Assim, muitos membros da igreja tornaram-se candidatos oficiais, filiados a partidos políticos e representantes diretos das ideologias religiosas e dos fiéis nas tomadas de decisão no país.

É possível, dessa forma, destacar que existem diversas lacunas na sociedade brasileira que facilitam a entrada dos grupos religiosos na política. Com o levantamento histórico demonstrado sobre os dois poderes, seja nos Estados Unidos, América Latina ou Brasil, a próxima seção abordará os reflexos do discurso e da máquina de propaganda no cenário brasileiro.

⁷ É uma instituição permanente que reúne os Bispos católicos do Brasil que, conforme o Código de Direito Canônico, "exercem conjuntamente certas funções pastorais em favor dos fiéis do seu território, a fim de promover o maior bem que a Igreja proporciona aos homens, principalmente em formas e modalidades de apostolado devidamente adaptadas às circunstâncias de tempo e lugar, de acordo com o direito" (Cân. 447).

Ademais, a investigação apresenta três pressupostos significativos: o primeiro refere-se à laicidade do Estado brasileiro, a qual garante a liberdade religiosa e a não interferência nas questões religiosas, estabelecendo uma forma de anarquia no âmbito religioso.

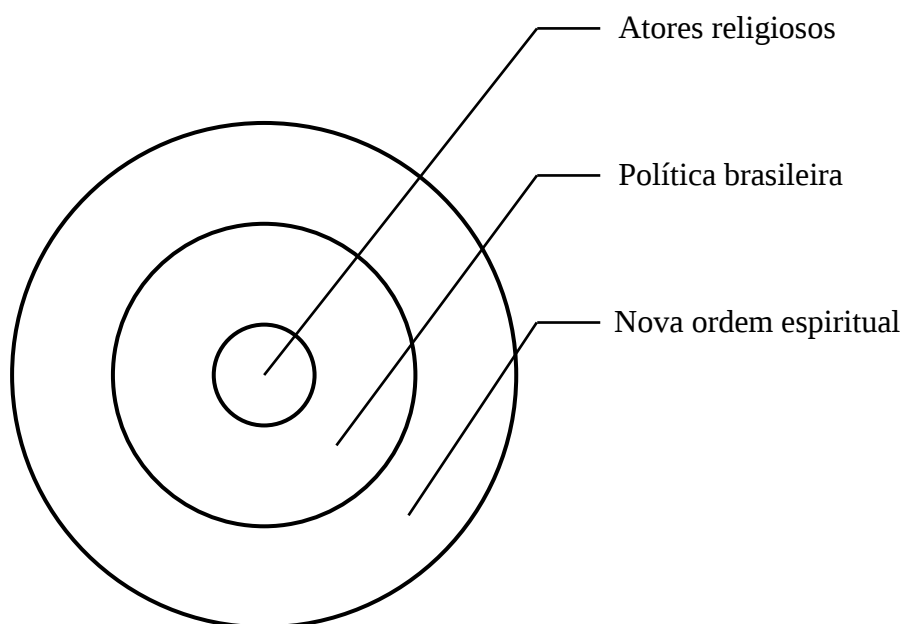
O segundo pressuposto refere-se ao pluralismo religioso no Brasil, que acolhe uma ampla diversidade de crenças, engloba tradições como o candomblé, o protestantismo, bem como comunidades judaicas e islâmicas, além de milhões de indivíduos sem vínculo religioso.

O terceiro pressuposto concentra-se na geopolítica das instituições religiosas, especialmente da Igreja Católica e das Igrejas Evangélicas, que exercem uma considerável influência política no Brasil. Eventos como a Jornada Mundial da Juventude e as Marchas para Jesus constituem exemplos de estratégias adotadas para ampliar sua influência e "capital religioso".

Neste texto, na Figura 1, serão apresentadas três afirmações para reflexão sobre o papel das religiões nas RI no século XXI:

1. Os atores religiosos no Brasil influenciam sendo influenciados pelo sistema político-religioso global;
2. A política do governo brasileiro em relação às religiões pode impactar e ser impactada pelas relações internacionais;
3. O patrimônio espiritual e a diversidade das religiosidades brasileiras ajudam a promover a paz e a tolerância religiosa, contribuindo para uma nova ordem espiritual no contexto das civilizações globais.

Figura 1: Fluxograma da conjuntura brasileira atual.



Elaborado: Del Negro, E. S (2025)



Deste modo, podemos concluir que atualmente, tendo como base nessa Nova Ordem espiritual, está se edificando um hibridismo, onde diferentes denominações cristãs visam o mesmo candidato, independente da sua ideologia familiar, religiosa e política.

Levando somente em consideração o discurso e se apoiando em antigas alianças internacionais, pautadas no conservadorismo, na intolerância, na exclusão social de grupos identificados como “minorias”.

Se esquecendo da base do cristianismo, a caridade e humildade, a ajuda e o amor ao próximo como se fosse a si mesmo. Edificando uma sociedade mais justa e igualitária para todos que nela vivem as suas realidades.

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A presente pesquisa demonstrou, em diferentes escalas, o poder do discurso na criação de territórios e temporalidades, o que é um reflexo das ações que criam a sociedade, como a RI e a religião, que, ao longo dos anos, auxiliaram em diferentes movimentos de desenvolvimento dos territórios. Isso gerou outros processos e conflitos, sejam identitários, simbólicos ou políticos, como a Nova Ordem Espiritual, fundamentada na Bancada Cristã.

Como o relato presente na Bíblia Sagrada: Perguntou Jesus: de quem é esta imagem e esta inscrição? de César - responderam-lhe. Disse-lhes então Jesus: daí, pois, a César o que é de César e a Deus o que é de Deus. Esta resposta encheu-os de admiração e, deixando-o, retiraram-se. (Mt. 22, 21).

Deste modo, o correto seria que não ocorresse a "mistura" dos poderes, pois essa mistura faz com que os valores e a visão de mundo dos indivíduos sejam corrompidos. Ou seja, as relações entre religião e política sempre existiram, em diferentes momentos da humanidade, seja da forma indireta ou direta, como ocorre atualmente, direta, moldando a ideologia da nossa sociedade. Mas o correto seria seguir a palavra de Jesus, não misturando o joio do trigo, pois a água e o óleo não se misturam, como os poderes em questão, dado que alguns elementos entrarão em contradição, prejudicando a nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

BROOKS, David. Kicking the Secularist Habit: A Six-Step Program. In: **Atlantic Monthly** 291, no. 2 p. 27-28. 2003. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/ideastour/religion/brooks-full.html>>. Acesso em: 22 set. 2020.



CAMILO, Rodrigo Augusto Leão. A Teologia da Libertação no Brasil: das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade. In: **II Seminário de pesquisa da faculdade de Ciências Sociais**. Universidade Federal de Goiás, 2011.

COLONNA-CESARI, Constance. **Urbi Et Orbi** - A Geopolítica do Vaticano. Lisboa-Portugal: Caminho, 1993.

DEL NEGRO, Evandro. Da Silva. **O Discurso Religioso voltado ao viés Político**: um reflexo sobre a atuação histórica dos poderes no Brasil. Marechal Cândido Rondon: Revista História e Luta de Classes - Centro, periferias & Capitalismo global, nº 39, 2025.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último Homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

_____. **O dilema americano**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

HAYNES, Jeffrey. **An Introduction to International Relations and Religion** (Second edition). London• New York: Routledge, 2014.

HUNTINGTON, Samuel. **O Choque de Civilizações e a recomposição da Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

LACERDA, Fábio. **Pentecostalismo, Eleições e Representação Política no Brasil Contemporâneo**. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 27.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Religião, Cultura e Política**. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 2012.

MILANEZ, Nilton; SANTOS, Janaína de Jesus. **Análise do discurso**: sujeito, lugares e olhares. São Carlos: Claraluz, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. Pontes, 2012.

ROCHA, Luciano Daudt da. **A voz da Casa Branca**: a construção histórica da identidade dos Estados Unidos nos discursos do 'dia da inauguração' (1789-2021). Tese (Pós-Graduação em História). Florianópolis: UFSC. 2021.

ROMANO, Roberto. A Paz da Westfália (1648). IN: MAGNOLI, Demétrio (Org.). **História da Paz**. São Paulo: Contexto, 2008, pp. 69-92.

SILVA, Dalexon Sérgio da; EFKEN, Karl Heinz e AZEVEDO, Nadia Pereira Gonçalves de. Uma análise das formações discursivas do discurso de membros da igreja evangélica Assembleia de Deus. In: **Revista Trama**, v. 11, n. 22, 2015.

SOUZA, Sérgio Augusto Freire de. **Da análise automática do discurso ao discurso do sujeito do desejo**: Reflexões psicanalíticas sobre a teoria do discurso de Michel Pêcheux. Língua e Instrumentos Linguísticos, Campinas, n. 44, 2019.

WHITFIELD, Stephen J. **The Culture of the Cold War**. 2. ed. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1996.